

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00271/2024

1 - Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Civil do Estado de São Paulo, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.

2 - Em resposta o órgão: (i) informou que não há um departamento dentro do órgão que reúna e mantenha em meio físico ou eletrônico as informações solicitadas; (ii) frisou que a estrutura da polícia civil possui aproximadamente 1600 unidades policiais que eventualmente disponham dos serviços dos funcionários “ad hoc”; (iii) explicou que somente por meio de uma pesquisa individualizada a informação poderá ser consolidada; (iv) orientou o requerente a entrar em contato direto com cada unidade policial, onde a Autoridade Policial responsável poderá avaliar as informações que poderão ser fornecidas, respeitado o direito constitucional à privacidade. Insatisfeito o solicitante apresentou o presente apelo revisional cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 20, do Decreto nº 68.155, de 09 de dezembro de 2023.

3 - Após a análise preliminar, a equipe técnica da CODUSP realizou interlocução com o órgão. Em atendimento o órgão: (i) salientou que não possui as informações solicitadas consolidadas da maneira requerida; (ii) informou que além de ter que realizar a coleta das informações em todas as unidades policiais seria necessário tratar individualmente cada caso para realizar o tarjamento das informações com restrição de acesso; (iii) disponibilizou um link com os endereços de todas as unidades da Polícia Civil; (iv) esclareceu que a tarefa adicional de coleta, análise, tratamento e consolidação destas informações seria inviável, em virtude da grande quantidade de unidades policiais pois demandaria um esforço operacional considerável e, por consequência, comprometeria a regular prestação dos serviços essenciais da Polícia Civil:

“A coleta de dados sobre servidores ‘ad hoc’ distribuídos em aproximadamente 1600 unidades policiais demandaria um esforço operacional considerável, envolvendo a consulta individualizada de cada unidade. Tal procedimento, além de oneroso em termos de tempo e recursos humanos, comprometeria a regular prestação dos serviços essenciais da Polícia Civil.

Ademais, a solicitação abrange dados pessoais dos servidores, cuja divulgação poderia violar o direito à privacidade e à proteção de dados pessoais, garantidos pela Constituição Federal e pela Lei Geral de Proteção de Dados.

Seria necessário tratar as informações de maneira apropriada, diferenciando as de natureza pública daquelas com restrição de acesso, e aplicando o devido tarjamento nas informações restritas, o que deve ser feito individualmente para cada caso.

Assim, com base no art. 5º do Decreto Estadual 68.155/2023, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, conclui-se que o atendimento à presente solicitação, na forma como foi formulada, é inviável, pois exigiria um dispêndio de recursos desproporcional ao valor público da informação.”

4 - Em análise do caso em apreço verifica-se que o órgão demonstrou que o número elevado de unidades policiais que teriam que ser demandas para a coleta, compilação, análise e tratamento das informações solicitadas inviabiliza o atendimento do pedido, na medida em que teria que ser realizada uma pesquisa dispendiosa em cada uma das unidades de policiamento comprometendo às atividades habituais do órgão e podendo causar prejuízo injustificado aos direitos de outras pessoas.

5 - Nesse sentido, cumpre observar que a coleta, análise e o tratamento dos dados solicitados exigiriam trabalhos adicionais de análise cuja obrigatoriedade de realização não está prevista em lei, visto que a Lei de Acesso à Informação estabelece que o órgão ou entidade deverá autorizar ou conceder acesso às informações disponíveis.

6 - Desta forma, conclui-se que foi devidamente caracterizada a necessidade de realização de trabalhos adicionais prevista no inciso item 2, do § 1º, do artigo 5º do Decreto nº 68.155/2023.

7 - Assim, considerando que o órgão indicou as razões de fato e de direito para a fundamentar a negativa de acesso, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da Lei nº 12.527/2011 e nos artigos 5º, § 1º, 2 e 14, II do Decreto nº 68.155/2023.

8 - Publique-se na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - FalaSP, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Tipo de Decisão:

Selecione

Não Provimento

Prazo Limite para Cumprimento da Decisão:

Selecione



Status da Decisão



